

Jacqueline de Souza Alves da Silva

De: Maxiley dos Reis Alves Rocha
Enviado em: quarta-feira, 6 de julho de 2022 14:43
Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva
Assunto: ENC: [Possível SPAM - Prodasen - NÃO CLIQUE nos links] CNT defende derrubada do veto ao reequilíbrio dos contratos de concessão-Ferrovia

De: Sen. Rodrigo Pacheco
Enviada em: quarta-feira, 6 de julho de 2022 12:01
Para: Maxiley dos Reis Alves Rocha <maxiley@senado.leg.br>
Assunto: ENC: [Possível SPAM - Prodasen - NÃO CLIQUE nos links] CNT defende derrubada do veto ao reequilíbrio dos contratos de concessão-Ferrovia

De: diri@cnt.org.br [<mailto:diri@cnt.org.br>]
Enviada em: terça-feira, 5 de julho de 2022 15:09
Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>
Assunto: [Possível SPAM - Prodasen - NÃO CLIQUE nos links] CNT defende derrubada do veto ao reequilíbrio dos contratos de concessão-Ferrovia

Marco Legal das Ferrovias

CNT defende derrubada do veto ao reequilíbrio dos contratos de concessão.



VETO 67/21 - Congresso Nacional Sessão Conjunta - 28/04/2022

Estimado parlamentar,

Na Sessão Conjunta do Congresso Nacional convocada para amanhã (28/04) a **Confederação Nacional do Transporte (CNT)** e a **Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF)** solicitam que vote pela **DERRUBADA** dos seguintes dispositivos no Veto 67/2021 (Marco das Ferrovias):

✗ *Veto 67/21* - Reequilíbrio econômico das ferrovias - itens 67.21.018, 67.21.019, 67.21.020, 67.21.021, 67.21.022 e 67.22.023.

✓ Nos demais itens, defendemos a manutenção.

Porque derrubar o Veto?

A previsão expressa do reequilíbrio econômico-financeiro traz segurança jurídica ao setor por buscar preservar a saúde financeira das concessões e a manutenção de suas operações, além de atrair mais investimentos em um contexto de ampliação da malha, renovações antecipadas e novos leilões.

Mesmo existindo a previsão do instituto do reequilíbrio nas leis de licitações e concessões, a inovação do Marco Legal, que criou as autorizações ferroviárias, com menor carga regulatória, pode alterar a divisão de riscos distribuídos entre concessionários e Poder Concedente nos contratos de concessão ferroviária.

O reequilíbrio não é imediato e incontestável.

De acordo com o texto aprovado pelo Congresso Nacional, o concessionário deve comprovar a existência do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de outorga de autorizações ferroviárias para ter seu pedido aprovado.

A manutenção do veto ao reequilíbrio pode desestabilizar a saúde financeira das concessões, que são importantes ativos da União Federal, ao tornar os processos de reequilíbrio mais lentos e inseguros, com grande possibilidade de judicialização.



A CNT (Confederação Nacional do Transporte) é a entidade que representa e atua pelo desenvolvimento do setor transportador no Brasil.

Você recebeu este e-mail porque está inscrito em nossa base de dados de informes. Se você deseja não receber novas mensagens, [Clique aqui](#) para remover seu cadastro.

Acesse a nossa política de privacidade em cnt.org.br